

Patrimônio e Memória: algumas reflexões sobre a cidade de São José dos Campos- SP

Zuleika Stefânia Sabino Roque

Patrimônio e Memória, os dois temas são bastante instigantes e creio que minha contribuição aos leitores seja mais no sentido de levantar algumas reflexões acerca da própria terminologia e as implicações do uso delas. Patrimônio é um vocábulo utilizado em Contabilidade com sentido jurídico representando os bens e direitos de uma empresa ou instituição. O mesmo termo é também utilizado em Direito para expressar o conjunto de bens, direitos e obrigações com expressão econômica, de que seja titular uma pessoa. O patrimônio constitui uma universalidade e é indivisível, não podendo ser desmembrado.

No âmbito da História Patrimônio tem um sentido bem mais amplo e quase sempre remete à coletividade, ouvimos comumente se falar em: Patrimônio Ambiental, Patrimônio Artístico, Patrimônio Cultural e Patrimônio Histórico.

Gostaria de propor algumas reflexões, usando como exemplo a cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo, cidade na qual nasci, onde moro e que também é meu objeto de pesquisa.

As subdivisões criadas na redação deste texto partiram de terminologias comumente utilizadas (patrimônio ambiental, artístico, histórico, cultural, imaterial) e, de antemão, gostaria de frisar que não estou de acordo com elas; logo, proponho uma reflexão que não compartimente a idéia de patrimônio. Prefiro partir de patrimônio como uma categoria de análise e meu texto é uma tentativa de pensar essa terminologia com vocês e as implicações de todas elas com a cidade em suas políticas públicas, nas suas relações sociais muito complexas que são para nós matéria-prima para refletir sobre a(s) história(s) e memória (s) das cidades.

a) Patrimônio Ambiental

“Aqui o vento bate forte porque é tudo aberto, mas a vista é linda. Eu não entendo um prédio resistente como esse estar abandonado. Se eu pudesse trabalharia para reformá-lo” - eletricista André Luiz Moreira, 32 anos, morador do 4.º andar dos prédios da Massa falida da Argon, em matéria do Jornal Valeparaibano em 27/04/2009

“Eles consideram todo mundo uma família só. Então eu não vou ter uma casa para morar com meus filhos. O que é errado, estava morando lá temporariamente” Márcia de Andrade de Moraes, 30 anos, moradora do Banhado, em matéria intitulada “São José decreta fim da favela do Banhado – sem avisar moradores, prefeitura fecha convênio para construir casas que abrigarão famílias da ova Esperança. Jornal Valeparaibano em 11/06/2008.

Ao falar de Patrimônio Ambiental estamos nos referindo a um bem natural que deve ser protegido pelo seu valor econômico, paisagístico e pela biodiversidade que representa. Um dos principais cartões postais da cidade de São José é o Banhado.

O Banhado é a maior área verde na zona urbana de São José dos Campos, são 5,4 milhões de metros quadrados, o equivalente a 500 campos de futebol. Cerca de 80% da área é de propriedade particular. Segundo dados da prefeitura nessa área moram cerca de 1.400 pessoas. (Jornal Vale Paraibano 11/06/08)

Hoje essa área se faz presente em cartões postais, guias turísticos, poemas, enfim... O Banhado tornou-se uma Área de Proteção Ambiental e não posso deixar de mencionar, um objeto de alto interesse político. Por ficar no centro da cidade, essa área que já teve inúmeras casas populares na primeira metade do século XX, sofreu diversas interferências do poder público. Há pouco tempo atrás ainda estava visível uma placa da administração pública municipal com os dizeres “núcleo congelado” no bairro “Nova Esperança”, possivelmente uma das justificativas para essa intervenção está calcada na questão ambiental. No entanto, curioso pensar que na mesma direção do Nova Esperança, e muito mais próximo do Rio Paraíba do Sul, encontra-se um condomínio de alto padrão (Esplanada do Sol), que ao meu ver ameaça ainda muito mais a várzea do banhado. Na imprensa local, os olhos se voltam para o “problema” dos barracos, sem levar em conta as dificuldades que esses moradores da cidade têm em seu dia-a-dia. Alguns programas habitacionais da cidade de São José dos Campos, vem há quase duas décadas retirando esses e outros moradores das áreas centrais, das proximidades do paço municipal, de regiões próximas a alguns empreendimentos imobiliários e os direcionando para as áreas mais periféricas da cidade, sem considerar questões como: o custo do transporte público, a falta de ônibus e de outros serviços que colocam esses moradores em condição bastante desfavorável, mas que dá à cidade uma atmosfera de prosperidade, colocando cores nas moradias populares que restam nesses locais e sustentando o discurso de que algo foi feito, sem muitas vezes direcionar os devidos recursos ao que ainda falta ser feito por esses moradores.

Ainda sobre o Banhado², gostaria de mencionar a importância de atentarmos às questões cotidianas, à discussão que a imprensa coloca ou deixa de colocar em pauta. O desafio de conciliar desenvolvimento da cidade com o respeito às questões ambientais, tem levantado duas polêmicas: 1) A via-norte vai facilitar o trânsito ligando a zona norte à centro-oeste, mas, por outro lado a desapropriação das casas dos moradores da Vila Rossi, a sobreposição de uma via expressa sob os trilhos desativados em plena área

preservada tiram o sono de muita gente. 2) Há duas semanas atrás a Prefeitura Municipal de São José dos Campos confirmou uma compra no valor de quase 7 milhões de reais, trata-se da aquisição de 3 torres de prédios inacabados que estão há 17 anos ocupando a orla do Banhado. Os prédios serão concluídos e incorporados ao plano habitacional (a cidade possui um déficit de 25 mil moradias) ou serão implodidos e em caso afirmativo que danos o patrimônio ambiental sofrerá?

Nesta questão do Banhado temos envolvidos: moradores do Bairro Nova Esperança, ambientalistas, construtores, Imprensa, Prefeitura, Fundação Cultural Cassiano Ricardo¹, Defensoria Pública, têm-se uma Lei Estadual, Leis Municipais, e muitas questões pendentes aguardando soluções.

Patrimônio Histórico

Capital do Avião ganha portal na Dutra – São José prepara projeto de monumento e complexo receptivo de turistas para divulgar indústria da cidade. Cidade tem pouca referência Histórica “Fiz essa sugestão ao prefeito e ele topou. Se você imaginar quantos carros passam por dia na Dutra, será um projeto muito bom. Estamos trabalhando e vamos ver se até outubro conseguimos colocar esse portal na cidade”- Manchete do Jornal e fala de Ozires Silva (Engenheiro Aeronáutico, ex presidente da Embraer e ex-presidente da Petrobrás, ex Ministro da Infra-Estrutura – Jornal Valeparaibano 08/06/2008)

Organizada desde fevereiro de 2007, a Aero Expo Brasil 2008 reforça a identidade da São José como a Capital do Avião “As crianças devem vir para conhecer sobre aviões para a cidade contar com novos talentos no setor aeronáutico. A cidade é o local ideal para ter feiras desse porte” (Ozires Silva 22/06/08)

Falar de Patrimônio Histórico nos remete à época da Revolução Francesa e Industrial, os primeiros movimentos para reconstruir e restaurar monumentos e prédios públicos na Europa. Não historicizando a fundo essa discussão, podemos a título de referência pensar como na Era Vargas a questão do Patrimônio foi confiada a intelectuais e artistas ligados ao movimento modernista no Brasil e de lá para cá o IPHAN³- Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional tem em seu “currículo” mais de 20 mil edifícios tombados, 83 centros e conjuntos urbanos, 12.517 sítios arqueológicos cadastrados. Além de mais de um milhão de objetos, incluindo acervo museológico, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos em vídeo.

Se partirmos da definição que considera como Patrimônio Histórico um bem que possui valor significativo para uma sociedade, com certeza o complexo aeroespacial – CTA, ITA, Embraer e demais empresas ligadas à aviação e produção de tecnologia aeroespacial, são significativos porque projetaram a cidade de São José dos Campos como referência nacional e internacional, mas não podemos deixar de considerar que são as condições materiais e principalmente de trabalho é que atraíram levadas de trabalhadores para a capital do avião, a cidade afinal é a todo tempo construída e reconstruída por eles.

Ao ler no jornal que São José não tem nenhum monumento alusivo à capital do avião, achei graça, afinal, a Câmara Municipal tem formato de Avião, existe na cidade um Memorial Aeroespacial, o time de futebol da cidade já foi um dia o formigão e hoje é o Águia do vale, asa é o que não falta na cidade... Essa questão nos faz pensar sobre a construção da memória, aliás, de UMA memória e identidade para a cidade e todas as vezes em que pensamos em identidade, lidamos ao mesmo tempo com exclusão, o que entra e o que sai nesse processo seletivo sobre o que é característico ou tradicional em uma determinada cidade?

Uma cidade que possui 63% de sua extensão territorial considerada Área de Proteção Ambiental e que faz questão de dar visibilidade apenas para a sua parte urbana, tecnológica, moderna, industrializada precisa repensar a sua noção de história e até mesmo as conseqüências da análise dicotômica entre campo e cidade como se isso fosse possível.

Embora da população atual de 609 mil habitantes (dados do IBGE 2008) apenas 1% resida na área rural, o perímetro urbano de São José dos Campos possui inúmeras formas de viver, morar, trabalhar, se divertir e que não têm sido levados em conta. A memória sobre a cidade alada é algumas vezes compartilhada e outras vezes ignorada pela população. É bom lembrar que hoje na cidade de São José dos Campos é a prestação de serviços e comércio que são responsáveis pela maioria dos postos de trabalho, mas a sua “vocalização” industrial e tecnológica é ressaltada em vários momentos e lugares.

A construção dessa memória pública e de símbolos que sustentam essa cidade que voa parece ser ouvida com muito mais facilidade do que as outras vozes. (grupos de empresários, por exemplo). O que afinal é tradicional na cidade? Que noção de tradição é essa que remete a UM passado selecionado. No caso joseense principalmente a invenção dessa tradição alada deveu-se a intenção de apagar seu passado de doença e ligar seu presente e futuro sempre à tecnologia.

Patrimônio Artístico?

Memorial perde espaço para o Torii – A cidade natal de Cassiano Ricardo, há 8 anos aguarda a

construção de um memorial em homenagem ao poeta. Praça onde foi lançada a pedra fundamental do memorial foi ocupada este ano pelo monumento em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa (Jornal Vale Paraibano 20/07/08)

Geralmente o Patrimônio Artístico tende a ser definido como uma obra reconhecida, não pretendo aqui discutir a idéia de arte pela sua complexidade, apenas partir de um exemplo que envolve um lugar, dois projetos e duas justificativas diferentes para a guarda de memória.

Toda cidade possui seus filhos digamos “ilustres” e pensar essa questão na cidade de São José dos Campos, sem mencionar o nome do poeta Cassiano Ricardo é algo quase impossível. A trajetória do poeta joseense que é um imortal da Academia Brasileira de Letras está preservada não só em livros de literatura, seu nome dá nome à Fundação Cultural da cidade, à avenida, escola de Educação Infantil e particular, Biblioteca.

A disputa por esse espaço mostra também uma disputa política, trata-se de projetos diferentes, de momentos diferentes e de memória enquanto um campo de poder e de luta.

A questão que coloco aqui, não se trata de uma crítica ao poeta nem à colônia japonesa joseense, só chamo a atenção para o fato de que a memória é sim um campo de disputa, para tornar memória o nome de pessoas e grupos, são envolvidos o poder público, patrocinadores, são disputados lugares...

Onde hoje se encontra um dos principais pontos turísticos joseenses, o Parque Santos Dumont, que também possui um Jardim Japonês, assim como a Câmara Municipal, já foi um dia um Sanatório Judaico que foi desapropriado e transformado em um Parque que guarda a memória da cidade alada. O que fica, o que sai, que disputas acontecem e como isso reflete no direcionamento do que representa a cidade é uma questão de poder que precisa ser problematizada.

Patrimônio Cultural e Imaterial

“muitas vezes a atribuição de um valor excepcional exclui o valor cotidiano, tornando-o restrito porque as pessoas almejam preservar somente grandiosidades e monumentalidades, esquecendo-se que o simples também possui muito valor. A excepcionalidade também está presente nas práticas cotidianas, na subjetividade e na simplicidade das coisas. Patrimônio se distingue de banalidade (...) A atribuição de valores por certos grupos dominantes a determinados bens também não garante a apropriação e a legitimação desse bem por parte da sociedade como um todo. O reconhecimento de um bem enquanto patrimônio cultural somente ocorre quando a população se apropria desse bem nas suas práticas cotidianas, gerando um processo de identificação e valorização simultânea, que reconhece naturalmente o patrimônio e o seu valor” (OLIVEIRA: 2008)

Embora seja o Estado que oficialize o tombamento de um patrimônio e dá a ele o caráter de coisa pública, os patrimônios estão o tempo todo ganhando novos usos e sentidos pelos moradores da cidade. Inúmeros são os bens materiais e imateriais que encontramos na cidade cotidianamente e como alerta Olga Brites, muitas vezes as tradições inventadas produzem uma idéia de sociedade harmônica e “desqualifica concepções, práticas e saberes populares diante da fala autorizada do especialista” (BRITES, 1992) que avalia o valor de determinado patrimônio. Perceber a multiplicidade de experiências sociais existentes na cidade e reconhecê-las para se preservar, difundir e aprender com elas são tarefas importantes para os pesquisadores das ciências humanas e estabelecer o feed back com os órgãos governamentais a fim de que eles repensem a relação da memória, história e tradição da cidade, dando visibilidades à pluralidade é de suma importância.

Um exemplo disso é o caso da Igreja de São Benedito, no centro de São José, que foi construída na década de 70 do século XIX, na década de 30 do século XX, durante a reconstrução da matriz de São José, essa igreja, construída pela irmandade de São Benedito, com taipa de pilão foi a matriz de São José. Continuou suas atividades até seu tombamento pelo Condephat. O edifício depois de reformado abrigou a Diretoria de Patrimônio Histórico de São José e por conta do risco de ruir, hoje se encontra desativado. Recentemente houve a revitalização da fachada do Largo de São Benedito.

Embora hoje esse prédio não pertença mais à Mitra Diocesana e por esse motivo não mais tenha função religiosa “oficialmente”, a irmandade de São Benedito continua anualmente a realizar atividades na área externa do prédio. Igreja, Prefeitura Municipal, Irmandade de São Benedito, os interesses de quem estão prevalecendo em nome de uma política patrimonial?

Gostaria de dizer que o patrimônio imaterial e cultural é bastante amplo e não estão restritos às questões religiosas, por esse motivo gostaria de encerrar a minha participação nessa mesa, dividindo um pouco da minha experiência enquanto pesquisadora da memória de São José dos Campos.

Desenvolvendo atualmente minha pesquisa, analisando a construção da memória pública de uma cidade alada, a invenção dessa tradição de capital do avião sobre a cidade de São José dos Campos, tenho me esforçado para entender como os diferentes interesses são elementos catalizadores de políticas públicas de patrimônio, de educação, práticas de fomento a turismo, políticas de incentivos fiscais que asseguram alianças com empresários e instituições diversas tais como a igreja e as forças armadas. Todas essas

políticas apontam para projetos de cidade que se apropriam de um passado e justificam as decisões do momento presente, na tentativa de impulsionar o futuro dessa cidade. O momento de cada uma dessas decisões de grupos hegemônicos é permeado por batalhas.

Creio que a História Oral é para nós historiadores uma importante ferramenta para dar a dimensão histórica aos enredos e não só aos fatos. A valorização exclusiva dos fatos não nos permite avançar e lidar com a consciência prática. A produção, análise e uso das narrativas dos moradores da cidade que nos narram suas trajetórias e as da cidade, permite a construção de um texto de múltiplas vozes, permite-nos identificar os sujeitos históricos independente de estarem ou não engajados a movimentos organizados. As formas como eles se engajam nas lutas cotidianas, com suas necessidades, intenções diferentes e maneiras de interpretar as disputas de poder na cidade, como diz Alessandro Portelli: “As histórias que estamos discutindo oferecem-nos vislumbre de mundos possíveis e alternativos” (PORTELLI: 1993, 50)

Uma das dicas que gostaria de dividir com vocês, é atentar para as pistas que os próprios entrevistados nos dão a partir de suas narrativas:

A: Eu nunca saí daqui. A minha vida, eu nasci lá no Uirá, só que o Uirá, o Uirá era Putim de baixo e tinha Putim de cima, onde é o cadeião, eu nasci no Putim de Baixo. Eu sai de lá... eu sou de 33, 36 eu fui morar no Jardim Paulista, onde está o Nicanor, ali. Ali era uma chácara. Em 38 eu vim pra aqui, o Zé Marcondes saiu e eu entrei e estou até hoje aqui, nunca mais saí daqui a Avenida era até ali no Eugênio Bonádio, pra lá não tinha, lá, pra lá abriram, o Nelson D'Ávila morreu em 53, abriram essa avenida e colocaram o nome dele.

Z: Então era só esse cantinho aqui... daqui pra direita é que era o centro?

A: É isso, daqui pro centro, pra lá não tinha nada... Aqui, na escritura daqui, tá rua 24 de outubro, mas antes era bambuzal eu é que acabei com eles. Em cima, quando eu vim morar aqui era fossa só tinha água, mas não tinha esgoto. Meu pai tinha carroça e tinha cavalo, ele era carroceiro.

A afirmação “não tinha nada” muito tem a nos dizer e a ser explorada... Da mudança nas denominações da rua (dos Bambus, 24 de Outubro) até a sua transformação em avenida (Dr Nelson D'Ávila) envolvendo a desapropriação de inúmeros terrenos na década de 50 demonstra a transformação da cidade a partir da construção da Rodovia Presidente Dutra e do estabelecimento do CTA.

A cidade de São José dos Campos não deixou de ter suas características interioranas, elas convivem simultaneamente com a cidade moderna e tecnológica... que tradições e patrimônios necessitam ser descobertos e colocados na agenda da cidade para que todos os seus moradores se sintam respeitados em suas experiências? Em que medida somos responsáveis e coniventes com os discursos homogeneizantes sobre a história, a memória e a definição de patrimônio de nossas respectivas cidades?

NOTAS

1. Desde 1993, a Fundação Cultural Cassiano Ricardo - por meio da Diretoria de Patrimônio Histórico (DPH) - mantém uma equipe técnica especializada que trabalha na identificação, valorização e preservação dos edifícios e ambientes de interesse histórico e cultural de São José dos Campos, além de analisar as propostas de intervenções em bens protegidos legalmente e prestar assistência ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural (**Comphac**).

2. Lei 11262/2002 de autoria do Deputado Carlinhos Almeida. O Distrito de São Francisco Xavier bem como o Banhado passam a ser Área de Proteção Ambiental.

3. O Iphan foi criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no governo do então presidente, Getúlio Vargas, e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época. http://portal.iphan.gov.br/portal/data_de_acesso_09/05/2009

Brites, Olga. Memória, preservação e tradições populares. In: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Departamento de Patrimônio Histórico. O Direito à Memória Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. “O Estado e as formas de legitimação do patrimônio cultural”. Artigo da mesa “Apropriação do bem tombado” integrante do IX Cidade Revelada – Encontro sobre patrimônio cultural I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural- Itajaí – Santa Catarina – Brasil.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. Educ, n.10 dez/1993, p.50

Torii – Jardim Aquáriu fonte: turismo.sjc.sp.gov.br 14/05/2009

